

<b>PROCESSO</b>	- A.I. Nº 279466.0317/01-3
<b>RECORRENTE</b>	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
<b>RECORRIDO</b>	- TELEMAR NORTE LESTE S/A (TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A - TELEBAHIA)
<b>RECURSO</b>	- RECURSO DE OFÍCIO - Acórdão 4ª JJF nº 2156-04/01
<b>ORIGEM</b>	- IFMT-DAT/NORTE
<b>INTERNET</b>	- 08.03.02

## 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO CJF Nº 0093-12/02

**EMENTA:** ICMS. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. Na importação de bens do exterior, a responsabilidade pelo pagamento do imposto é atribuída ao importador. Não caracterizada a condição de importador atribuída ao autuado. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O ora examinado Recurso de Ofício foi impetrado pela 4ª JJF, de acordo com o art. 169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, com efeitos a partir de 10/10/00.

Podemos resumir deste modo o relato do Sr. Julgador: O Auto de Infração questionado exige ICMS, em razão da falta de recolhimento do imposto sobre importação, relativo a mercadorias e/ou bens procedentes do exterior, destinados fisicamente a este Estado, no caso do importador ser estabelecido em outra unidade da Federação e o desembaraço aduaneiro ocorrer ou não em Estado diverso do seu domicílio. O autuado, em sua defesa, impugnou o lançamento fiscal descrevendo, inicialmente, os termos da acusação fiscal e afirmando não ser a mesma verdadeira, pois, na verdade, trata-se de venda do ativo imobilizado, efetuada entre a TELEMAR CEARÁ e a TELEMAR BAHIA, sendo que a importação dos cabos telefônicos (objeto da autuação) foi realizada regularmente pela TELEMAR CEARÁ. Acostou documentos e transcreveu o teor do Acórdão nº 0587/00 da 1ª JJF e de parte do Acórdão de nº 2579/00 da 3ª JJF, ao julgar casos análogos ao presente lançamento. Ao final, requereu o julgamento Improcedente do Auto de Infração. O autuante, ao prestar a sua informação fiscal, aduziu razão não assistir ao autuado, uma vez que o Auto de Infração descreve com precisão o ilícito fiscal, o qual tem respaldo legal no art. 573, I, do RICMS. Argumenta que a mercadoria foi retirada do Porto de São Paulo, conforme carimbos nas notas fiscais anexa, o que comprova que a nota de entrada da mercadoria existiu, mas não transitou pelo Estado do Ceará. O Sr. Julgador, após análise do PAF, chegou às seguintes conclusões:

I - ao contrário do que alega a defesa, a mercadoria objeto da autuação não corresponde à parte do lote importado através da DI nº 01/0618285-9, de 22/06/91, cuja entrada física no estabelecimento importador foi acobertada pela Nota Fiscal nº 000334 (ver fl. 27). É que este Relator ao examinar a Nota Fiscal nº 2037 (fl. 10 dos autos), constatou no campo destinado a informações complementares, que a mesma refere-se a DI nº 01/0618282-4, cujo número é diferente da DI acima citada;

II – do exame do Conhecimento de Transporte de nº 117631 (fl. 09), emitido pela Transportadora JPN Ltda., verifica-se que a mercadoria saiu do Estado de S. Paulo para ser entregue a empresa

autuada, sediada nesta Capital, sem entrar fisicamente no estabelecimento importador, localizado no Estado do Ceará;

III – de acordo com o disposto no art. 11, I, “d”, da Lei Complementar nº 87/96, entendo que o ICMS sobre a importação é devido ao Estado da Bahia, já que o seu destino físico foi para o território baiano.

Entende que, como o autuante cobrou o imposto do autuado, que é o destinatário que recebeu fisicamente a mercadoria, ao invés do seu importador, que é o contribuinte de direito responsável pelo recolhimento do tributo, ao teor do art. 5º, §1º, I, da Lei nº 7.014/96, deve ser considerada nula a exigência fiscal, por ilegitimidade passiva, consoante dispõe o art. 18, IV, do RPAF/99. Recomendou, no entanto, uma nova ação fiscal para cobrar o imposto do importador da mercadoria, no caso a TELEMAR CEARÁ S/A.

#### **VOTO**

A decisão da JJF está correta. O Sr. Auditor Fiscal cometeu um equívoco. A mercadoria submetida a fiscalização de trânsito apresentava documentação regular e em momento algum foi constatado o cometimento de infração à legislação.

O que restou provado quando da ação fiscal foi que o documento que acompanhava a mercadoria fazia referência a um DI de n. 01/0618282-4, o que levou o Sr. Auditor desconfiar que se tratava de mercadoria oriunda de uma importação. Até aí tudo bem. A questão é que se a mercadoria havia realmente sido importada deveria ter a comprovação de quem efetuou tal operação. O autuado trouxe ao PAF, quando da sua impugnação a informação que realmente aquela mercadoria havia sido objeto de uma importação por parte da TELEMAR CEARÁ S. A e que parte dela, numa operação de compra e venda normal, foi mandada entregar na Bahia. O que demonstrou o contribuinte em sua impugnação foi que se tratava de uma operação dentro das exigências legais em vigor. Se há ou não ICMS decorrente da importação, isto é outra história, que deverá ser apurada numa ação fiscal desenvolvida através da fiscalização de estabelecimentos.

Consideramos portanto correta a decisão da JJF. O PAF é Nulo por inobservância do devido processo legal. NEGOU PROVIMENTO ao Recurso de Ofício apresentado.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **NULO** o Auto de Infração nº **279466.0317/01-3**, lavrado contra **TELEMAR NORTE LESTE S/A (TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A – TELEBAHIA)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de fevereiro de 2002.

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE/RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PROFZ